

DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS
Regime Próprio de Previdência Social

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
EXERCÍCIO - 2026

INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
SANTANA DO ITARARÉ – SANTANAPREV

SANTANA DO ITARARÉ - PARANÁ

Sumário

1. Introdução	03
2. Objetivos.....	03
3. Cenário Econômico.....	04
4. Equilíbrio Atuarial	14
5. Modelo de Gestão:	14
5.1.Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:.....	15
6. Estratégia de Alocação de Recursos:	15
6.1.Segmentos de Aplicação:	15
6.2.Objetivos da Alocação de Recursos:.....	15
6.3.Faixas de Alocação de Recursos:.....	15
7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos	18
8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos).....	19
8.1.Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2024.20	8.2.Estratégia de alocação para
9. Gerenciamento de Riscos:	22
10. Disposições Gerais:	23

1. Introdução

Os investimentos do Regime Próprio do Município de Santana do Itararé obedecem às diretrizes e princípios contidos na Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor, definidas pelo Conselho Monetário Nacional atualmente na Resolução nº 4.963, de 25 de novembro de 2021 e suas alterações.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. Objetivos

A Política de Investimentos possui o objetivo de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do RPPS do Município de Santana do Itararé, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas da Instituição, como também os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos. Tratará, também, da busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do

RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa e renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazos.

3. Cenário Econômico

Como previsto na última Visão Geral da Conjuntura (Nota Técnica, no 23, Carta de Conjuntura, nº 66, de março de 2025), o produto interno bruto (PIB) da economia brasileira apresentou crescimento de 1,4% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao último trimestre de 2024 na série dessazonalizada. Esse crescimento, como também já era previsível em março, foi puxado, pelo lado da oferta, pelo desempenho do setor agropecuário, que apresentou crescimento de 12,2% em relação ao último trimestre de 2024 na série dessazonalizada. Pelo lado da demanda, os destaques foram os desempenhos da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, com crescimentos de 3,1% e 2,9%, respectivamente, na mesma base de comparação.

Os dados parciais disponíveis para o segundo trimestre apontam para a desaceleração da economia, o que também já era previsível em março, notadamente porque a referida desaceleração é um objetivo declarado do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) desde setembro de 2024, quando o atual ciclo de alta de juros teve início – ciclo classificado pelo próprio Copom, na ata

da 271ª reunião, ocorrida nos dias 17 e 18 de junho de 2025, como particularmente rápido e bastante firme.

O grupo de conjuntura do Ipea projetou, em março passado, que a economia brasileira cresceria 2,4% em 2025 – contra expectativas de mercado inferiores a 2%. De lá para cá, vários indicadores conjunturais têm indicado que a economia continuou a crescer no segundo trimestre e, até por isso, várias estimativas foram revistas a maior, aproximando-se, portanto, do número divulgado nessa Visão Geral em março. Entendemos que o diagnóstico apresentado no final de março continua válido no final de junho, de modo que mantemos a nossa projeção de PIB para 2025 (2,4%). Dada a perspectiva de que a taxa Selic se mantenha alta por mais tempo do que prevíamos, reduzimos, entretanto, o crescimento esperado para 2026 para 1,8%.

Tal como no caso do produto, as expectativas de mercado para o IPCA em 2025, divulgadas pela pesquisa Focus, do Banco Central, se aproximaram das do grupo de conjuntura nos últimos meses – recuando de 5,7% para 5,3%, entre março e junho. Não vemos motivos, entretanto, para mudar a nossa previsão de março que, dessa forma, permanece em 5,2%, ainda que com mudanças de composição. Se, por um lado, a melhora no comportamento dos alimentos e do petróleo indica uma alta menos acentuada

para a alimentação no domicílio e para os preços administrados, em 2025, por outro lado, os efeitos ainda mais fortes do mercado de trabalho sobre a expansão da massa salarial e do custo da mão de obra vêm gerando pressões adicionais sobre a inflação de serviços.

Ipea mantém projeção de crescimento de 2,4% para o PIB em 2025 e prevê 1,8% para 2026

Dados compõem a nova edição da Visão Geral da Conjuntura, uma análise do desempenho da economia brasileira divulgada periodicamente pelo Instituto

Publicado em **01/07/2025** - Última modificação em 02/07/2025 às 10h33

Foto: Helio Montferre/Ipea

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) manteve a previsão de crescimento da economia brasileira em 2,4% para 2025. Para 2026, a projeção caiu de 2% para 1,8%. As estimativas fazem parte da nova edição da [Visão Geral da Conjuntura](#), divulgada nesta terça-feira (1º) pelo Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto.

Projeções: taxas de crescimento do PIB e de seus componentes (Em %)

Segundo o Ipea, a economia deve crescer menos em 2026 do que o anteriormente previsto por causa dos juros altos, do cenário internacional incerto e da menor capacidade de consumo das famílias. Apesar disso, o mercado de trabalho segue forte, e o aumento do salário mínimo e dos benefícios sociais ajuda a manter a atividade econômica aquecida.

No primeiro trimestre de 2025, a agropecuária teve papel importante para o crescimento do PIB. O setor deve crescer até 8,8% no ano. Os serviços devem continuar como um dos principais motores da economia, com crescimento projetado em 1,9% para 2025 e 1,7% para 2026. Já a indústria, deve avançar 1,4% em 2025 e 1,6% em 2026.

A indústria de transformação (responsável por transformar matéria-prima em produtos por meio de processos industriais) deve ser a mais impactada pela política monetária do Brasil. Por outro lado, os setores mais ligados a fatores externos, como as indústrias extrativas (que retiram elementos diretamente da natureza e os disponibilizam antes do processo industrial), devem atuar de forma mais positiva e sofrendo menos essa pressão interna.

O investimento do país em bens de longa duração que vão servir para produzir outros bens e serviços (formação bruta de capital fixo) mostra fraqueza no curto prazo, mas deve fechar 2025 com crescimento de 3,4%, e 2026, com 2%.

O consumo das famílias deve continuar em alta, mas em ritmo mais lento: 2% ao ano em 2025 e 2026. O consumo do governo deve subir 1,1% neste ano e 1,5% no ano que vem.

No setor externo, espera-se que as exportações cresçam menos que as importações em 2025. No acumulado do ano em 2025 e 2026, supondo um cenário externo sem maiores rupturas, as exportações devem crescer a taxas de 3,3% e 3,1%, respectivamente, enquanto as importações devem registrar expansão de 5,5% em 2025 e de 3% em 2026.

Juros, câmbio e inflação

O Ipea avalia que o ciclo de alta dos juros chegou ao fim com a Selic em 15% ao ano. A expectativa é que os juros comecem a cair em 2026, chegando a 12,5% ao final do ano. No câmbio, o dólar deve se manter estável ou até cair um pouco, com ajuda da queda das tensões internacionais e da melhora fiscal no Brasil.

A inflação medida pelo IPCA ficou em 5,3% nos 12 meses até maio. Apesar de uma desaceleração recente, a alta de preços nos serviços continua pressionando. A expectativa do Ipea é que a inflação fique em 5,2% em 2025, e o INPC, que mede o custo de vida das famílias de baixa renda, feche o ano em 4,9%.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS MUNDIAL

World Economic Outlook Update. Janeiro de 2026

O Fundo Monetário Internacional (FMI) acaba de publicar seu World Economic Outlook, e não é preciso ser um especialista para deduzir que, mesmo entre algumas das principais mentes econômicas do mundo, previsões confiantes são difíceis de serem feitas atualmente.

Toda primavera, o FMI e o Banco Mundial realizam suas Reuniões de Primavera em Washington, D.C.: uma semana de seminários, briefings e coletivas de imprensa com foco na economia global, no desenvolvimento internacional e nos mercados financeiros mundiais. Tanto nas Reuniões de Primavera quanto na Reunião Anual, realizadas todo outono, o FMI publica suas previsões de crescimento econômico global.

Para a Reunião de Primavera de 2025, o FMI publicou uma previsão base, bem como um adendo que analisa os eventos tarifários ocorridos entre 9 e 14 de abril. De acordo com o relatório do Fundo, o PIB mundial crescerá 2,8% em 2025 e 3,0% em 2026. Para a zona do euro, o crescimento será de 0,8% e 1,2% para 2025 e 2026, respectivamente.

Essas previsões representam uma revisão substancial em baixa em relação aos números do FMI publicados há apenas três meses. Globalmente, o crescimento em 2025 caiu 0,5% em comparação com a atualização de janeiro do Fundo , com uma redução de 0,2% para a zona do euro.

Uma mudança importante é fundamental para entender o relatório mais recente do FMI e suas previsões pessimistas: vivemos em um mundo muito mais incerto do que há três meses.

Trump, tarifas e incerteza

Se tivéssemos que resumir a nova política tarifária dos EUA em uma palavra, “imprevisível” seria suficiente, já que o chamado “Dia da Libertação” de 2 de abril de 2025 representou o maior aumento tarifário da história moderna.

E-mails semanais com o que há de mais relevante na produção científica brasileira

Apenas uma semana depois, o presidente dos EUA fez mais dois anúncios. Primeiro, um congelamento de 90 dias nos aumentos de tarifas, aparentemente em busca de acordos bilaterais com os países aos quais havia aplicado tarifas acima de 10%. Segundo, que a China seria excluída dessa exceção, com tarifas sobre seus produtos sendo elevadas para 145%.

Este congelamento significa que, até julho, os produtos da UE vendidos aos EUA terão uma tarifa de 10%, em vez dos 20% anunciados em 2 de abril. No entanto, os 10% aplicados pelo novo governo americano ainda são muito superiores à tarifa média de 1,34% em vigor antes de 5 de abril.

Mas qual será a tarifa após esses 90 dias? E em dezembro? E daqui a 2 anos? Quais produtos serão isentos? Até onde irá a guerra comercial entre China e EUA? A resposta para todas essas perguntas é: ninguém sabe. Essa incerteza é evidente nas previsões de primavera do FMI.

A incerteza está fora dos gráficos

O índice de incerteza do comércio mundial do FMI é atualmente 7 vezes maior do que era em outubro de 2024, muito maior do que durante a pandemia.

Do ponto de vista econômico, essa incerteza é muito pior do que uma tarifa alta, porém definitiva. Com uma tarifa, as empresas podem pelo menos reorganizar sua cadeia de produção e os consumidores podem buscar produtos alternativos. Há um custo, mas pelo menos empresas e consumidores podem se planejar para ele.

No entanto, ninguém consegue calcular esses custos hoje, porque ninguém sabe como as tarifas irão evoluir. Uma empresa americana pode decidir hoje comprar um determinado produto da UE, pensando que a tarifa será de 10%, mas, ao chegar aos EUA, descobre-se que a tarifa subiu para 100% porque um assessor presidencial disse que seria bom para a economia americana aumentar as tarifas sobre esse produto.

Por mais inacreditável que pareça, é assim que as tarifas estão sendo decididas e aplicadas. Segundo um relato, os Secretários do Tesouro e do Comércio dos EUA só conseguiram persuadir Trump a congelar os recentes aumentos de tarifas porque Peter Navarro – conselheiro econômico e ideólogo tarifário do presidente – estava em outra sala naquele momento.

O resultado final dessa imprevisibilidade é que o melhor curso de ação, tanto para consumidores quanto para empresas, é a inação.

Leia mais: [Caos tarifário de Trump: incerteza radical provavelmente fará empresas adiarem investimentos](#)

Medo e volatilidade

Não é surpresa que essas constantes mudanças de planos estejam causando grande instabilidade nos mercados financeiros. Embora Trump possa ter comemorado triunfantemente a alta dos preços das ações imediatamente após o anúncio do congelamento de tarifas, os mercados financeiros estão agora sujeitos a níveis de incerteza e medo semelhantes aos observados durante a COVID-19.

Cinco anos atrás, a volatilidade estava associada ao aumento da demanda por dívida do governo dos EUA devido ao efeito "fuga para a segurança": investidores vendendo investimentos de maior risco e comprando ativos mais seguros, como ouro e títulos do governo, em tempos de incerteza.

Agora, estamos vendo exatamente o oposto. O preço dos títulos americanos caiu desde o "Dia da Libertação", e isso significa que os investidores estão vendendo-os. Em outras palavras, os mercados não acreditam mais que a dívida do governo americano seja um ativo seguro. Dado o papel do dólar e da dívida americana nos mercados internacionais, essa mudança de paradigma pode gerar ainda mais instabilidade financeira no futuro.

As cadeias de abastecimento estão quebrando (de novo)

A COVID-19, a última grande crise econômica global, tem um ponto em comum com a situação atual: a interrupção das cadeias de suprimentos globais. Durante a pandemia, foi o confinamento que forçou a paralisação da produção. Hoje, é a imposição de tarifas.

No entanto, há outra grande diferença. Durante a COVID, as pessoas sabiam que era uma questão de tempo até que as vacinas estivessem disponíveis e a normalidade retornasse. Hoje, a instabilidade nos mercados financeiros não vem de nenhum vírus, mas dos próprios assessores do presidente Trump, que lhe vendem todo tipo de plano para proteger os interesses econômicos dos EUA.

Perspectivas e políticas feita pela equipe do FMI, geralmente publicada duas vezes por ano, com atualizações entre elas. Ele apresenta análises e projeções da economia mundial no curto e médio prazo, que são elementos integrais da vigilância do FMI sobre desenvolvimentos e políticas econômicas em seus países-membros e do sistema econômico global. Eles consideram questões que afetam economias avançadas, emergentes e em desenvolvimento, e abordam tópicos de interesse atual urgente.

The Conference Board Global Economic Outlook, 2010-2026

Real GDP growth rates (average annual % change), updated as of 13 August 2025

2010 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
--------------	------	------	------	------	------	------	------

	2010 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
United States	2.4	-2.2	6.1	2.5	2.9	2.8	1.6	1.3
Europe	1.7	-5.9	6.5	3.7	0.6	1.1	1.2	1.5
Euro Area	1.4	-6.0	6.3	3.5	0.7	0.9	0.9	1.2
Germany	2.0	-3.8	3.2	1.8	-0.3	-0.2	0.5	1.2
France	1.4	-7.6	6.8	2.8	1.6	1.1	0.6	0.8
Italy	0.2	-9.0	8.8	5.0	0.8	0.5	0.5	0.7
United Kingdom	2.0	-10.3	8.6	4.8	0.4	1.1	1.2	1.3
Canada	2.3	-5.0	6.0	4.2	1.5	1.6	1.1	1.0
Japan	1.2	-4.2	2.8	0.9	1.4	0.2	0.9	0.7
Other Mature Economies	3.2	-1.8	6.1	3.2	1.7	2.2	2.4	2.0

É importante destacar que ainda existem fatores de riscos relevantes que podem afetar de maneira significativa o cenário projetado. Fatores como a conjuntura política brasileira e o quadro fiscal, que devem ser considerados nas decisões dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS.

4. Equilíbrio Atuarial

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2026, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de 5,33 (cinco virgula trinta e três por cento), acrescido da variação do IPCA.

5. Modelo de Gestão:

Para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS de Santana do Itararé, será adotada a gestão própria, de acordo com a realidade a Entidade, conforme previsão no artigo 3º, § 5º, inciso II, da Portaria 519/11 e alterações, decidindo sobre as alocações dos recursos respeitando os parâmetros contidas nesta Política e na Resolução 4.963/21.

5.1. Acompanhamento da Gestão dos recursos garantidores:

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 4963/21, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- 1) Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;
- 2) Trimestralmente, o RPPS de Santana do Itararé, elaborará relatórios trimestrais detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;
- 3) Semestralmente, o RPPS avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios acima mencionados.

6. Estratégia de Alocação de Recursos:

6.1. Segmentos de Aplicação:

A alocação de recursos da Entidade obedecerá às determinações emanadas da Resolução 4.963/21, definidas abaixo:

1. Segmento de Renda Fixa
2. Segmento de Renda Variável
3. Investimentos Estruturados

6.2. Objetivos da Alocação de Recursos:

O principal objetivo da alocação de recursos pelos segmentos acima mencionados é o de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

6.3. Faixas de Alocação de Recursos:

6.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimento.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº 4.963/21 e suas alterações, a saber:

Renda Fixa	Limite Mínimo de alocação de recursos	Limite Máximo de alocação de recursos	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
Título Público Federal	0%	100%	—	—
FI/FIC exclusivamente em TPF (IMA ou Idka)	0%	100%	25%	100%
FI/FIC exclusivamente em TPF negociável na bolsa	0%	100%	25%	—
Operações Compromissadas TPF	0%	5%	25%	—
FI/FIC Renda Fixa ou Referenciado (IMA ou Idka)	0%	60%	25%	60%
FI/FIC de Renda Fixa ou REF qualquer (com exceção de crédito privado).	0%	40%	25%	40%
Letras Imobiliárias Garantidas.	0%	20%	25%	—
CDB	0%	15%	—	—
Poupança	0%	15%	—	—
FI Direitos Creditórios Aberto.	0%	5%	25%	—
FI/FIC de Renda Fixa ou REF crédito privado.	0%	5%	25%	—
FI com 85% do PL em debêntures.	0%	5%	25%	—

6.3.2. Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº 3.922/10, a saber:

Renda Variável	% Máximo dos Recursos Garantidores	Limite Mínimo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite Máximo de alocação de recursos dentro do limite geral	Limite de alocação por PL do FI	Limite de alocação de recursos do RPPS
FI/FIC em ações indexado (Ibovespa/IBrX)	30%	0%	30%	25%	5%
Outros FI/FIC em de ações		0%	20%	25%	17%

FI/FIC Multimercado sem alavancagem		0%	10%	25%	8%
FI em participações (fechado)		0%	5%	25%	—
FI Imobiliários		0%	5%	25%	—
FI Mercado de Acesso		0%	5%	25%	—

6.3.3. Vedações

O comitê de investimento do SANTANAPREV - Instituto Próprio de Previdência social do município de Santana do Itararé, deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963/2021, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco reconhecidas pela ANBIMA;
2. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não estejam listados em mercado de bolsa (Pregão);
3. Cotas de Fundos de Investimentos que apresente, em seu regulamento, a possibilidade de aquisição de ativos que guardem relação com ativos classificados como no exterior (Ex.: Dívida Externa e BDR's).

7. Informações utilizadas na Gestão da Alocação dos Recursos

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores da Entidade, o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em

consideração os seguintes aspectos:

- a) Projeções do fluxo de caixa;
- b) Tendências e comportamento das taxas de juros;
- c) Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- d) Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo; e
- e) Níveis de exposição ao risco dos ativos.

8. Diretrizes para gestão dos segmentos de aplicação dos recursos (critérios para a seleção dos investimentos)

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados serão revistas periodicamente pelo Conselho de Administração, e posteriormente pelo Comitê de Investimentos, tanto para minimizar as perdas marcadas pela rentabilidade negativa de alguns fundos de investimentos no ano base, quanto para obter melhor rendimento para o ano vindouro, assim, poderá ser adotada uma maior diversificação nas aplicações, para atender as tendências do cenário econômico que ainda se demonstram instáveis, não se descuidando de obedecer a Resolução do C.M.N. 4.963/2021.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os recursos garantidores das reservas técnicas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santana do Itararé, serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:

- a) Títulos Públicos Federais;
 - b) Fundos de Investimentos Financeiros.
- b) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.
- c) A performance será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo benchmark.

8.1. Diretriz de Alocação de Recursos Definidos para o Exercício de 2026.

Para o ano de 2026, o RPPS do Município de Santana do Itararé, definiu suas alocações de recursos, em investimentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, todavia, tendo em vista seu perfil mais conservador, e dado a instabilidade no mercado financeiro a maior parte deverá ser aplicada em renda fixa.

			Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2026		
Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional - SELIC	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º I b - FI Ref. em 100% Títulos TN	100,00%	15,00%	26,00%	70,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Operações Compromissadas em títulos TN	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI RF	60,00%	15,00%	57,29%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	60,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%

	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	0,00%	0,50%	2,00%
	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	100,00%	30,00%	83,79%	132,00%

Renda Variável, Invest.Estruturados e FII	8º I - FI em Ações	30,00%	5,00%	10,50%	20,00%
	8º II - ETF - Índices de Ações	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	5,00%	5,71%	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	10º III - FI Mercado de acesso	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturados e FII	30,00%	10,00%	16,21%	30,00%

Total da Carteira de Investimentos			40,00%	100,00%	162,00%
---	--	--	---------------	----------------	----------------

As faixas de alocações em percentuais, demonstradas no quadro acima, poderão sofrer alterações no decorrer do ano, mediante análise do Comitê de Investimentos e autorização do Conselho Deliberativo, órgão superior de deliberação, verificada a necessidade para manter o equilíbrio atuarial e financeiro do RPPS.

8.2. Estratégia de alocação para os próximos 05 exercícios

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
			Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	7º I a - Títulos do Tesouro Nacional - SELIC	100,00%	0,00%	0,00%
	7º I b - FI Ref. em 100% Títulos TN	100,00%	15,00%	70,00%
	7º I c - FI Ref. em Índice de Renda Fixa, 100% títulos TN	100,00%	0,00%	0,00%
	7º II - Operações Compromissadas em títulos TN	5,00%	0,00%	0,00%
	7º III a - FI RF	60,00%	15,00%	60,00%
	7º III b - FI de Índices Referenciado RF	60,00%	0,00%	0,00%
	7º IV - Renda Fixa de emissão bancária	20,00%	0,00%	0,00%
	7º V a - FI em Direitos Creditórios - sênior	5,00%	0,00%	0,00%
	7º V b - FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5,00%	1,00%	5,00%

	7º V c - FI de Debêntures Infraestrutura	5,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Fixa	100,00%	31,00%	135,00%

Renda Variável, Investimentos Estruturados e FII	8º I - FI em Ações	30,00%	5,00%	30,00%
	8º II - ETF - Índices de Ações	30,00%	0,00%	0,00%
	10º I - FI Multimercado	10,00%	5,00%	10,00%
	10º II - FI em Participações	5,00%	0,00%	0,00%
	10º III - FI Mercado de acesso	5,00%	0,00%	0,00%
	11º - FI Imobiliário	5,00%	0,00%	0,00%
	Limite de Renda Variável, Estruturados e FII	30,00%	10,00%	40,00%

Total da Carteira de Investimentos	41,00%	175,00%
---	---------------	----------------

O RPPS do Município de Santana do Itararé, considera os limites apresentados o resultado da análise feita através das reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira.

9. Gerenciamento de Riscos:

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- Risco sistêmico ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômico, político e social, impõem ao governo;
- Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;

- Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;
- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do RPPS de Santana do Itararé, pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de estresse que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do RPPS de Santana do Itararé.

10. Disposições Gerais:

Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista

no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova

legislação.

A presente política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social do Município de Santana do Itararé, e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas nesta política anual de investimentos e suas revisões serão disponibilizadas aos seus segurados e pensionistas, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021, a vigência da presente Política de Investimento encerrar-se-á em 31.12.2026 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis), tendo início em 01.01.2026 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e seis), sendo assegurada sua revisão a qualquer momento através da constatação de fatos financeiros ou econômicos que sejam relevantes.

Santana do Itararé, 31 de outubro de 2025.

Comitê de Investimentos:

José Carlos Radoski

Silvana de Souza

Danilo Tomaz de Oliveira Matozinho